

Declaração de voto Documentos de Prestação de Contas de 2012

Os Documentos de Prestação de Contas relativos a 2012 espelham, por um lado, a situação económica a que as políticas ditadas pela *troika* internacional e aceites por PSD, CDS-PP e PS conduziram o país e o concelho e, por outro, as opções erradas da gestão municipal conduzida pelo Partido Socialista que levaram as finanças municipais a preocupantes níveis de desequilíbrio.

As brutais políticas recessivas que o Governo PSD/CDS-PP tem imposto a Portugal diminuíram a atividade económica, empobreceram a população e agravaram a situação social o que teve inevitáveis consequências nas finanças municipais.

Lendo os documentos de prestação de contas relativos a 2012 conclui-se que o Resultado Líquido alcançado se reduziu significativamente face ao ano anterior, aliás em linha com o que vem acontecendo nos últimos anos.

Se é verdade que tanto Custos como Proveitos diminuíram, não é menos verdade que os Custos diminuíram menos que os Proveitos e também que a redução de Custos se operou fundamentalmente por via da diminuição dos encargos com remunerações (Subsídios de Férias e Natal) imposta pelo Orçamento de Estado.

Apesar de ter registado em 2012 algumas ligeiras melhorias, a situação financeira do município continua muito longe de estar equilibrada: o passivo financeiro situa-se em 77,8 M€; o endividamento líquido total cifra-se nos 45 175,074 M€; a dívida a fornecedores é de 17 M€; as dívidas de cobrança duvidosa atingem os 13,8 M e o prazo médio de pagamento quase duplicou entre 2011 e 2012 situando-se, no final de 2012, em 137 dias.

O nível do endividamento só não é pior porque a Câmara Municipal entende não registar, ao contrário do sugerido pelo ROC, os montantes reclamados pela Parque Expo na conta 273 (Acréscimos de custos). Se o fizesse, essa importância relevaria para o endividamento do município e a situação seria bem pior. É também muito preocupante que os processos atualmente em contencioso atinjam um valor superior a 34 M€.

Num claro sintoma da degradação da situação social os montantes em dívida associados a rendas de Habitação Social e a Contraordenações subiram significativamente em 2012.

Perante este preocupante estado das finanças municipais importaria tomar medidas decididas capazes de reduzir custos e despesas desnecessárias, combatendo o desperdício.

Importaria nomeadamente diminuir os gastos com viagens ao estrangeiro, despesas de representação ou perdas de água na rega de espaços públicos. Importaria nomeadamente diminuir a despesa com Honorários (avenças) pagas a peso de ouro que, ao invés disso, cresceram em 2012.

Mas a maioria PS escolheu outros caminhos; a ficção orçamental e a penalização fiscal da população do concelho através do IMI.

O empolamento da receita, com base em receitas ficcionais provenientes da venda de Bens de Investimento, que por diversas vezes denunciámos em sede de discussão dos Planos de Atividades da Câmara, é agora completamente confirmado pela verba arrecadada a partir desta atividade já que ela rendeu em 2012 (o) zero euros à CM de Loures. Perante este número não vislumbra como é que serão realizados os mais de 6 M€ previstos no Orçamento para 2013.

Os Documentos de Prestação de Contas permitem concluir que a receita proveniente de Impostos Diretos, como o Imposto Único de Circulação ou o IMI, aumentou e de forma muito significativa.

O IMI cresceu em 2012 € 5.899.267,10 ou seja 21,25% relativamente a 2011.

Um tal nível de arrecadação vem dar razão à CDU que sustentou que seria possível baixar as taxas de IMI que recaem sobre os municípios de Loures.

Estes 5,8 milhões de euros só foram alcançados à custa de um ainda maior estrangulamento financeiro das famílias, o que é revelador da insensibilidade social de quem governa o município.

Mas, sobretudo, deitam por terra o monumental embuste propagandístico montado pelo PS quanto a uma suposta descida do IMI no concelho de Loures onde o imposto subiu para as famílias e não desceu, como tentaram insinuar.

A este aumento da receita não correspondeu, ao contrário do que seria de esperar, um aumento dos níveis de atividade, investimento ou apoios ao movimento associativo concedidos por parte da Câmara.

Infelizmente, projetos essenciais para o progresso e desenvolvimento do concelho como é o caso do PDM continuaram a “marcar passo” durante todo o ano de 2012.

A reabilitação urbana, que podia constituir um fator motriz da atividade económica tanto no domínio da recuperação de edifícios como na da revitalização de áreas comerciais, não mereceu nenhum investimento digno de nota, com exceção da Portela da Azóia onde são os proprietários que sustentam do seu bolso as obras em curso.

Em conformidade e coerência com a avaliação negativa que fazemos das Contas e do Relatório de 2012 e da inoperância da maioria socialista na condução dos destinos municipais, não nos resta outra posição que não seja o voto contrário aos documentos que hoje apreciamos e deliberamos.

Loures, 3 de Abril de 2013

Os vereadores
Paulo Piteira
António Pombinho
Maria Eugénia Coelho